



*Estado do Rio de Janeiro*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**

LEI Nº 2.406 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018.

**DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL  
PARA O PERÍODO 2018/2021.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**, Estado do Rio de Janeiro, faz saber que a Câmara APROVOU e eu SANCIONO a seguinte lei:

Art. 1º - Esta Lei institui a revisão da Lei nº 2.347/2017 que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021, em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do art. 165 da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada.

§ 1º Integram esta Lei os anexos abaixo discriminados:

- I – Anexo I - Programas de Governo e Ações Orçamentárias; e
- I – Anexo II – Cenário da Receita.

§ 2º Os valores financeiros, metas físicas e períodos de execução estabelecidos para as ações orçamentárias são estimativos, não se constituindo em limites de programação das despesas expressas nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais.

Art. 2º - A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostas pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto de Lei Específico.

Art. 3º - A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderá ocorrer por meio da Lei Orçamentária Anual ou seus Créditos Adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

Parágrafo Único - De acordo com o disposto no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.



*Estado do Rio de Janeiro*

***PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU***

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do programa.

Art. 5º - Os programas de governo e as ações orçamentárias, com suas respectivas metas, para os exercícios de 2018/2021 do Plano Plurianual, serão observados na elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias, nas Leis Orçamentárias Anuais e nas que as modifiquem.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Cachoeiras de Macacu, 20 de Dezembro de 2018.

**MAURO CEZAR DE CASTRO SOARES**  
Prefeito Municipal